

Não serão muitas as testemunhas oculares das Constituições brasileiras. Já não digo a partir de 1891, o que seria exigir muito. Mas quantos terão acompanhado a reforma de 1926, as Constituintes de 1934 e 1946, desde que os "remendões" de 64, 67 e 69 aí estão expondo-se. Por isso foi oportuno o longo discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, em seu retrospecto histórico e no depoimento pessoal que fez como participante das últimas modificações impostas pela ditadura militar.

Nem tão velho como pareço posso, contudo, dar um depoimento pessoal, como jornalista, da reforma de 1926 e da elaboração das Cartas promulgadas em 1934 e 1946. Como antigo cronista parlamentar, fiz a cobertura daqueles acontecimentos e recordo-me do que acontecia.

Por isso, sou procurado frequentemente pelos repórteres de agora, da TV, do rádio, os jornais e revistas, que querem o confronto que não têm condição de fazer. No domingo em que se instalava em Brasília a nova Assembleia Nacional Constituinte, a reportagem andou me procurando, como naturalmente, a quem mais pudesse auxiliar no seu trabalho.

Pode-se fazer comparações mas não estabelecer analogias, porque cada um desses momentos foi ímpar, alguns até em locais diversos, em circunstâncias outras e com participantes mudados. A primeira Constituinte Republicana foi eleita a 15 de setembro de 1890 e instalou-se, em sessão preparatória, no dia 4 de novembro no edifício Cassino Fluminense, que é hoje o Automóvel Club, na Rua do Passeio. Mas a sessão solene de abertura já se realizou em recinto preparado no antigo Paço da Quinta da Boa Vista, onde funcionou até o término dos seus trabalhos, a 26 de fevereiro de 1891. Logo a 3 de novembro de 1892, a nova Constituição era violada e o Congresso dissolvido pelo golpe de Estado de Deodoro. A reforma constitucional de 1926 fora anunciada por Arthur Bernardes na plataforma do seu governo. A revolução de 1930 dissolveu a Câmara e o Senado, já instalados no Palácio Tiradentes desde 1926. O Palácio Tiradentes serviu, ainda, à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. O conjunto arquitetônico criado por Oscar Niemeyer abriga, pela primeira vez, a uma Constituinte.

Insistamos no slogan "ano da esperança". Na verdade, no momento em que escrevo, esperar é uma teimosia. A convocação de uma Assembleia congressual foi um erro em que Tancredo incidiu para tornar possível a sua vitória no Colégio Eleitoral. O preço é demasiado alto: eleições indiretas pelo Colégio Eleitoral; Assembleia congressual que, no momento, não sabe quantas Câmaras terá, se uma, duas ou três.

O plenário não apresenta a divisão democrática dos partidos mas a aglutinação de lobbys que se multam fora do recinto, em torno de interesses e não de idéias. Houve, felizmente, uma vassourada: mais de 70% daqueles congressistas que não compareciam, recebiam jéton, usavam de mordomias e, afinal, coexistiram perfeitamente com cinco ditaduras militares. Mas os repórteres têm dificuldades em saber quem é quem na avalanche da apuração. As siglas partidárias são trocadas indiferentemente. Não há lideranças, nem programas. O título deste artigo poderia ser substituído pelo juízo famoso e oportuno de Machado de Assis: "A confusão era geral".